

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
EDITAL

XXXIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, na qualidade de Presidente da Comissão do XXXIII Concurso para Ingresso na Classe Inicial da Carreira do Ministério Público, TORNA PÚBLICO o programa para as provas escritas preliminar e especializadas e para as provas orais do referido certame:

1. Banca de Direito Penal, de Direito Processual Penal e de Direito Eleitoral

1.1 Direito Penal

Ponto nº 1

- a) Conceito e características do Direito Penal. Histórico do Direito Penal Brasileiro. Fontes do Direito Penal. Interpretação e integração da lei penal. Analogia. Norma penal. Erro. Ilicitude e causas de sua exclusão. Aplicação da pena. Concurso de crimes.
- b) Crimes contra a pessoa. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a paz pública.
- c) Crimes Militares. Crimes tipificados no Código Brasileiro de Trânsito (Lei nº 9.503/97). Crimes tipificados na Lei de Licitações (Lei nº 8666/93, crimes previstos no Decreto-Lei nº 201/67 (Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores). Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/06). Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/06).

Ponto nº 2

- a) Aplicação da lei penal. Lei penal no tempo e no espaço. Lei penal em relação às pessoas. Tipicidade e Concurso aparente de normas. Culpabilidade e causas de sua exclusão. Concurso de pessoas. Pena privativa de liberdade. Aplicação da Pena. Extinção da punibilidade.
- b) Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a Administração Pública.
- c) Crimes contra a ordem tributária e econômica, contra o consumidor e as relações de consumo (Lei nº 8.137/90 e Lei nº 8.078/90). Crimes contra o meio ambiente (Lei nº 6.938/81 e Lei nº 9.605/98). Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03). Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/06). Das Contravenções Penais (Dec-Lei nº 3.688/41).

Ponto nº 3

- a) Princípios constitucionais penais. Fato típico. Classificação das infrações penais. Penas restritivas de direitos. Aplicação da pena. Medidas de Segurança. Reabilitação. Livramento condicional. Extinção da punibilidade.
- b) Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra a dignidade sexual.
- c) Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/06). Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/06). Crimes previstos no Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei nº 10.671/03). Crimes previstos na Lei nº 8.176/91 (combustíveis).

Ponto nº 4

- a) Erro. Ilicitude. Culpabilidade. Causas excludentes de ilicitude e de culpabilidade. Penas privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa. Aplicação da pena. Livramento condicional. Suspensão condicional da pena ("sursis").
- b) Crimes contra a pessoa. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a fé pública.
- c) Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/06). Crimes tipificados no Código Brasileiro de Trânsito (Lei nº 9.503/97). Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/06). Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/06). Crimes previstos na Lei nº 11.105/05 (biossegurança). Das Contravenções Penais (Dec-Lei nº 3.688/41).

Ponto nº 5

- a) Lei Penal no tempo e no espaço. Fato típico. Dolo e Culpa. Erro. Concurso aparente de normas. Aplicação da pena. Medidas de segurança. Efeitos da condenação. Reabilitação. Extinção da punibilidade.
- b) Crimes contra a pessoa. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra a paz pública.
- c) Abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65). Crimes tipificados no Decreto-lei nº 201/67. Crimes tipificados na Lei de Licitações (Lei nº 8666/93). Crimes tipificados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). Crimes previstos na Lei nº 9.434/97. Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/06). Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/06). Crimes tipificados na Lei nº 12.850/13.

Ponto nº 6

- a) Princípios constitucionais penais. Lei penal no tempo e no espaço. Sujeitos do Delito. Objeto Jurídico e Objeto Material. Título do Delito. Classificação das infrações penais. Fato típico. Erro. Penas privativas de Liberdade. Aplicação da pena. Concurso de crimes. Ação Penal.
- b) Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a família. Crimes contra a fé pública.
- c) Crimes falimentares (Lei nº 11.101/05). Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº 7.716/89). Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/06). Crimes previstos na Lei nº 9.029/95. Crimes contra as pessoas portadoras de deficiência (Lei nº 7.853/89). Crimes previstos na Lei nº 5.478/68 (alimentos). Crimes tipificados no Estatuto do

Desarmamento (Lei nº 10.826/03). Das Contravenções Penais (Dec-Lei nº 3.688/41).

Ponto nº 7

- a) Fato Típico. Erro. Ilicitude. Culpabilidade. Causas excludentes de ilicitude e de culpabilidade. Concurso de pessoas. Aplicação da pena. Condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias. Extinção da punibilidade.
- b) Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra fé pública.
- c) Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03). Proteção a testemunhas (Lei nº 9.807/99). Crimes hediondos (Lei nº 8.072/90). Crimes tipificados na Lei de Licitações (Lei nº 8666/93). Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/06). Crimes previstos no Decreto-Lei nº 201/67 (Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores). Crimes previstos na Lei nº 1.521/51 (economia popular).

Ponto nº 8

- a) Fato Típico. Erro. *Iter Criminis*. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Crimes omissivos e comissivos. Penas privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa. Aplicação da pena. Concurso de Crimes. Livramento condicional.
- b) Crimes contra a pessoa. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a dignidade sexual.
- c) Crimes de tortura (Lei nº 9.455/97). Crimes hediondos (Lei nº 8.072/90). Proteção a programas de computadores (Lei nº 9.609/98). Crimes contra a ordem tributária e econômica, contra o consumidor e as relações de consumo (Lei nº 8.078/90 e Lei nº 8.137/90). Crimes previstos na Lei nº 9.296/96 (escutas telefônicas).

Ponto nº 9

- a) Princípios constitucionais penais. Dolo e Culpa. Erro. Ilicitude e causas de exclusão. Concurso de pessoas. Penas privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa. Aplicação da pena. Efeitos da Condenação. Extinção da punibilidade.
- b) Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a Administração Pública.
- c) Crimes tipificados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03). Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/06). Crimes previstos na Lei nº 2889/56 (genocídio). Das Contravenções Penais (Dec-Lei nº 3.688/41). Crimes tipificados na Lei nº 12.850/13.

Ponto nº 10

- a) Princípios constitucionais penais. Lei Penal no tempo. Fato típico. Erro. Consumação e tentativa. Culpabilidade e causas de exclusão. Penas privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa. Aplicação da pena. Concurso de Crimes. Efeitos da condenação.
- b) Crimes contra a pessoa. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a

Administração Pública.

- c) Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/06). Crimes hediondos (Lei nº 8.072/90). Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/98). Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03). Crimes tipificados na Lei de Licitações (Lei nº 8666/93). Crimes previstos no Decreto-Lei nº 201/67 (Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores).

1.2 Direito Processual Penal

Ponto nº 1

- a) Introdução ao Direito Processual Penal: definições, fontes do direito processual penal, lei processual penal no tempo e no espaço, questões de direito intertemporal. A questão dos tratados e convenções internacionais e sua posição hierárquica como fonte do direito processual penal. A teoria geral do processo e a proposta de teoria geral do processo penal (reflexões e posição crítica). O dualismo processual. A trilogia estrutural de conceitos básicos e seus desdobramentos. Os elementos da demanda penal e suas peculiaridades.
- b) Sistemas processuais penais. O Garantismo e suas aplicações no direito processual penal. Princípios gerais, garantias constitucionais, supraleais e legais do processo.
- c) A Prisão processual. As espécies de prisão processual. O Sistema constitucional de prisão e liberdade e o sistema introduzido pela Lei nº 12.403/11 no Código de Processo Penal. As medidas cautelares alternativas ou substitutivas da prisão. O relaxamento da prisão, a liberdade definitiva e a liberdade provisória, com ou sem fiança, frente ao novo sistema. Fiança e Crimes Hediondos. Questão do poder geral de cautela do juiz criminal.

Ponto nº 2

- a) Inquérito policial, termo circunstanciado e outros procedimentos preparatórios à ação penal (instauração, prazos, tramitação, arquivamento e desarquivamento). As Comissões Parlamentares de Inquérito e seus poderes de investigação. Questão da investigação criminal direta pelo Ministério Público. Natureza jurídica dos procedimentos preparatórios ao exercício do direito de ação. Finalidade dos referidos procedimentos. Posição e direitos do investigado. Questão do indiciamento. A autoridade policial – conceito, poderes e garantias.
- b) Ação penal – teoria geral, condições para o regular exercício, classificações, princípios e espécies. A ação penal condenatória: ação penal de iniciativa pública, ação penal de iniciativa privada e ação penal pública de iniciativa privada (“ação penal privada subsidiária da pública”). A ação penal de iniciativa popular. A execução das penas aplicadas. A “ação pública subsidiária da pública” e o incidente de deslocamento de competência. A denúncia e a queixa – requisitos, recebimento, não recebimento, rejeição, recursos cabíveis. A denominada “absolvição sumária”. Questão do aditamento à denúncia e à queixa. *Emendatio* e *mutatio libelii* e o princípio da correlação entre a acusação e a sentença.
- c) Jurisdição, competência e atribuição. Fixação. Natureza jurídica. Conflitos. Conexão e Continência. Desclassificação e *perpetuatio jurisdictionis*. Foro por prerrogativa de

função. Duplo grau de jurisdição.

Ponto nº 3

- a) Os atos de comunicação processual: citação, intimação e notificação. Intimação de sentença. Intimação da pronúncia. A revelia do réu e suas consequências.
- b) Prova: teoria geral, admissibilidade, princípios, sistemas de valoração, iniciativa. Os meios de prova e os meios de acesso à prova. Os meios de prova nominados e meios de prova inominados. A questão da videoconferência. Medidas cautelares no campo probatório. Questão da prova ilícita e da prova ilegítima. O regime brasileiro de interceptação telefônica. Lei do Crime Organizado (Lei nº 12.850/13) – investigação criminal, meios de obtenção de prova e procedimento criminal nas infrações penais cometidas por organizações criminosas e infrações penais correlatas. As medidas cautelares reais. “Lavagem” de capitais (Lei nº 9.613/98, com redação dada pela Lei nº 12.683/12) – questões relativas à persecução penal e às medidas assecuratórias.
- c) A defesa no processo penal. Autodefesa e defesa técnica. A resposta do réu. O interrogatório. Questão da videoconferência. A defesa indireta. Exceções e questões prejudiciais.

Ponto nº 4

- a) Os atores do processo penal: o juiz, o Ministério Público, o delegado, o jurado, o investigado, o indiciado, o acusado e seu defensor, o ofendido, o assistente de acusação, o querelante, os serventuários e os auxiliares da Justiça. Os peritos e os intérpretes. Impedimentos, suspeições e incompatibilidades.
- b) Juizados Especiais Criminais – questões processuais. Lei nº 11.340/06 (Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher) – questões processuais. Lei nº 11.343/06 (Drogas) – questões processuais. Código de Trânsito Brasileiro – questões processuais. Crimes falimentares – questões processuais. Estatuto do Idoso – questões processuais.
- c) Os atos processuais. O tempo, lugar e a forma dos atos processuais. Procedimentos comum – ordinário, sumário e sumaríssimo – e especial. Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal e em Leis Penais Extravagantes. Júri.

Ponto nº 5

- a) Os atos do juiz no processo penal. A sentença penal. Os efeitos civis da sentença penal e a ação civil *ex delicto*.
- b) A Prisão processual. As espécies de prisão processual. O Sistema constitucional de prisão e liberdade e o sistema introduzido pela Lei nº 12.403/11 no Código de Processo Penal. As medidas cautelares alternativas ou substitutivas da prisão. O relaxamento da prisão, a liberdade definitiva e a liberdade provisória, com ou sem fiança, frente ao novo sistema. Fiança e Crimes Hediondos. Questão do poder geral de cautela do juiz criminal.
- c) Os vícios dos atos processuais. Inexistência, nulidades e irregularidades.

Ponto nº 6

- a) Recursos. Teoria geral. Admissibilidade. Princípios e pressupostos recursais. Os recursos em espécie. Recursos previstos no Código de Processo Penal e em outras Leis Penais. Os recursos previstos nos Regimentos dos Tribunais. Os recursos previstos nos Códigos de Organização e Divisão Judiciária. Os recursos constitucionais. A criação e a extinção de recursos e as questões de direito intertemporal.
- b) As ações autônomas de impugnação. O *habeas corpus*, a revisão criminal e o mandado de segurança em matéria penal.
- c) Juizados Especiais Criminais – questões processuais. Lei nº 11.340/06 (Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher) – questões processuais. Lei nº 11.343/06 (Drogas) – questões processuais. Código de Trânsito Brasileiro – questões processuais. Crimes falimentares – questões processuais. Estatuto do Idoso – questões processuais.

Ponto nº 7

- a) Prova: teoria geral, admissibilidade, princípios, sistemas de valoração, iniciativa. Os meios de prova e os meios de acesso à prova. Os meios de prova nominados e meios de prova inominados. A questão da videoconferência. Medidas cautelares no campo probatório. Questão da prova ilícita e da prova ilegítima. O regime brasileiro de interceptação telefônica. Lei do Crime Organizado (Lei nº 12.850/13) – investigação criminal, meios de obtenção de prova e procedimento criminal nas infrações penais cometidas por organizações criminosas e infrações penais correlatas. As medidas cautelares reais. “Lavagem” de capitais (Lei nº 9.613/98, com redação dada pela Lei nº 12.683/12) – questões relativas à persecução penal e às medidas assecuratórias.
- b) Os vícios dos atos processuais. Inexistência, nulidades e irregularidades.
- c) A história do direito processual penal brasileiro. As reformas do processo penal. O PLS nº 156 e suas inovações. Posição crítica.

Ponto nº 8

- a) Sistemas processuais penais. O Garantismo e suas aplicações no direito processual penal. Princípios gerais, garantias constitucionais, supralegais e legais do processo.
- b) Ação penal – teoria geral, condições para o regular exercício, classificações, princípios e espécies. A ação penal condenatória: ação penal de iniciativa pública, ação penal de iniciativa privada e ação penal pública de iniciativa privada (“ação penal privada subsidiária da pública”). A ação penal de iniciativa popular. A execução das penas aplicadas. A “ação pública subsidiária da pública” e o incidente de deslocamento de competência. A denúncia e a queixa – requisitos, recebimento, não recebimento, rejeição, recursos cabíveis. A denominada “absolvição sumária”. Questão do aditamento à denúncia e à queixa. *Emendatio* e *mutatio libelii* e o princípio da correlação entre a acusação e a sentença.
- c) Os atos de comunicação processual: citação, intimação e notificação. Intimação de

sentença. Intimação da pronúncia. A revelia do réu e suas consequências.

Ponto nº 9

- a) Jurisdição, competência e atribuição. Fixação. Natureza jurídica. Conflitos. Conexão e Continência. Desclassificação e *perpetuatio jurisdictionis*. Foro por prerrogativa de função. Duplo grau de jurisdição.
- b) Recursos. Teoria geral. Admissibilidade. Princípios e pressupostos recursais. Os recursos em espécie. Recursos previstos no Código de Processo Penal e em outras Leis Penais. Os recursos previstos nos Regimentos dos Tribunais. Os recursos previstos nos Códigos de Organização e Divisão Judiciária. Os recursos constitucionais. A criação e a extinção de recursos e as questões de direito intertemporal.
- c) Execução penal. Princípios básicos. Regimes de cumprimento das penas privativas de liberdade. A progressão de regime. Incidentes da execução. O Regime Disciplinar Diferenciado. A questão dos crimes hediondos e equiparados. A questão da execução provisória no processo penal.

Ponto nº 10

- a) Inquérito policial, termo circunstanciado e outros procedimentos preparatórios à ação penal (instauração, prazos, tramitação, arquivamento e desarquivamento). As Comissões Parlamentares de Inquérito e seus poderes de investigação. Questão da investigação criminal direta pelo Ministério Público. Natureza jurídica dos procedimentos preparatórios ao exercício do direito de ação. Finalidade dos referidos procedimentos. Posição e direitos do investigado. Questão do indiciamento. A autoridade policial – conceito, poderes e garantias.
- b) Os atos processuais. O tempo, lugar e a forma dos atos processuais. Procedimentos comum – ordinário, sumário e sumaríssimo – e especial. Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal e em Leis Penais Extravagantes. Júri.
- c) A história do direito processual penal brasileiro. As reformas do processo penal. O PLS nº 156 e suas inovações. Posição crítica.

1.3 Direito Eleitoral

Ponto nº 1

- a) Alistamento eleitoral: requisitos, fases, vedações, efeitos, cancelamento e exclusão. Domicílio eleitoral: transferências.
- b) Registro de candidaturas: requerimento, impugnação. Inelegibilidades: constitucionais e infraconstitucionais e incompatibilidades.
- c) Recursos em matéria eleitoral. Processo Penal Eleitoral. Representação eleitoral (art. 96, da Lei nº 9.504/97).

Ponto nº 2

- a) Propaganda eleitoral, política e partidária. Poder de Polícia. Meios de coibição. Atribuição. Representação eleitoral.
- b) Direitos Políticos: conceito, aquisição, perda e suspensão. Capacidade eleitoral. Condições de elegibilidade. Inabilitação.
- c) Legislação Eleitoral e Resoluções do TSE: Representações eleitorais. Competência. Atribuição. Legitimidade. Prazo. Sanções. Efeitos da condenação.

Ponto nº 3

- a) O Ministério Público no plano eleitoral: princípios institucionais, prerrogativas, designação dos Promotores Eleitorais. Organização e atribuições.
- b) Crimes eleitorais. Processo penal eleitoral. Competência, conexão e continência em matéria eleitoral.
- c) Investigação Judicial Eleitoral. Abuso de poder político e econômico e uso indevido dos meios de comunicação. Fundamento. Atribuição. Legitimidade. Prazo. Sanções.

Ponto nº 4

- a) Partidos políticos: normatização de regência, organização, funcionamento, direitos e deveres. Fidelidade partidária.
- b) Filiação partidária. Propaganda eleitoral, política e partidária. Direito de resposta. Representação eleitoral (art. 96, da Lei nº 9.504/97).
- c) Ação de Impugnação ao Registro. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo. Investigação Judicial Eleitoral. Recurso contra a expedição de diploma. Ação rescisória eleitoral.

Ponto nº 5

- a) O Ministério Público no Plano Eleitoral: princípios institucionais, prerrogativas, designação dos Promotores Eleitorais. Organização e atribuições.
- b) Abuso do poder nas eleições, corrupção e fraude. Transporte de eleitores. Captação ilícita de votos. Ação de Investigação Judicial Eleitoral. Prazos. Legitimidade. Rito processual. Sanções. Efeitos da condenação.
- c) Direito Eleitoral no Brasil. Conceito e fundamentos. Princípios. Influência das esferas penal, cível e administrativa no plano eleitoral.

Ponto nº 6

- a) Ação de Impugnação do Mandato Eletivo. Legitimidade. Prazo. Cassação do Registro. Inelegibilidade.
- b) Arrecadação. Gastos eleitorais. Prestação de contas. Doações irregulares. Representação. Competência. Atribuição. Legitimidade. Prazo. Sanções. Efeitos da condenação.
- c) Registro de candidaturas: requerimento e impugnação. Filiação partidária.

Propaganda eleitoral, política e partidária. Direito de resposta. Representação Eleitoral (art. 96, da Lei nº 9.504/97).

Ponto nº 7

- a) Ações eleitorais. Prazos. Competência. Atribuição. Legitimidade. Recursos em matéria eleitoral.
- b) Captação ilícita de recursos e gastos ilícitos. Investigação Judicial. Atuação e fiscalização pelo Ministério Público Eleitoral.
- c) O Ministério Público Eleitoral e a lisura do processo eleitoral. Atribuições. Regime disciplinar dos Promotores Eleitorais. Conflito de atribuições.

Ponto nº 8

- a) Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais. Atos de improbidade administrativa. Abuso de poder. Multas eleitorais: cominação, aplicação e execução.
- b) O Ministério Público no plano eleitoral: princípios institucionais, prerrogativas, designação dos Promotores Eleitorais. Organização e atribuições.
- c) Ação penal. Competência. Atribuição. Perda do mandato eletivo. Imunidades. Foro por prerrogativa de função.

Ponto nº 9

- a) Crimes eleitorais. Processo penal eleitoral. Competência, conexão e continência em matéria eleitoral.
- b) Ação de Impugnação ao Registro. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo. Investigação Judicial Eleitoral. Recurso contra a expedição de diploma. Ação rescisória eleitoral.
- c) Sufrágio. Voto. Sistemas majoritário e proporcional. Captação ilícita de votos. Caracterização. Representação. Prazo. Sanções. Efeitos da condenação.

Ponto nº 10

- a) Abuso de poder nas eleições: caracterização e meios de coibição. Democracia direta, indireta e semidireta.
- b) Partidos políticos: normatização de regência, organização, funcionamento, direitos e deveres. Domicílio eleitoral. Registro de candidaturas: requerimento e impugnação.
- c) Arrecadação de recursos eleitorais. Gastos e despesas eleitorais. Doações irregulares. Prestação de contas. Representação. Prazo. Rito processual. Competência. Atribuição. Sanção. Efeitos da condenação.

2. Banca de Direito Civil, de Direito Processual Civil e de Direito Empresarial

2.1 Direito Civil

Ponto nº 1

- a) As fontes do Direito. Direito civil constitucional. A norma jurídica. Estrutura, características e classificação das normas. Interpretação e integração das normas. Eficácia da norma.
- b) Obrigação: conceito e natureza jurídica. Estrutura da obrigação. Características e elementos. Fontes das obrigações. Classificação das obrigações. Obrigação de dar, de fazer, de não fazer, facultativas e alternativas. Obrigações de meio e resultado. Obrigação natural. Obrigação *propter rem*. Obrigação solidária e obrigações divisíveis e indivisíveis.
- c) Posse e sua função social. Classificação e desdobramento da posse. Modos de aquisição e perda da posse. Efeitos da posse. Composse.

Ponto nº 2

- a) Princípios e sua normatividade. Aplicação da lei no tempo e no espaço. Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei nº 4.657/42). Disposições Finais e Transitórias do novo Código Civil.
- b) Modalidades das obrigações. Transmissão. Adimplemento. Extinção. Inadimplemento. Cláusula penal. Atos unilaterais. Estatuto da Cidade. Estatuto da Terra. Parcelamento do solo.
- c) Da sucessão em geral. Abertura da sucessão. Da herança e sua administração. Da vocação hereditária. Aceitação e renúncia. Herança jacente. Sucessão legítima.

Ponto nº 3

- a) A relação jurídica. O direito subjetivo. Situações jurídicas. Eficácia, limitações e proteção dos direitos subjetivos. Direitos potestativos, ônus e faculdades.
- b) Teoria geral dos contratos. Elementos dos contratos. Classificação dos contratos. Função social dos contratos. Boa fé objetiva. Contratos de adesão e cláusulas contratuais gerais. Contratos de consumo.
- c) Propriedade e sua função social. Aquisição e perda da propriedade. Lei de Registros Públicos. Propriedade fiduciária e resolúvel. Incorporação imobiliária.

Ponto nº 4

- a) Pessoa natural. Personalidade jurídica. Capacidade, legitimação e estado. Domicílio. Incapacidade absoluta e relativa. Direitos da personalidade. Proteção da dignidade da pessoa humana.
- b) Efeitos do contrato. Interpretação dos contratos. Contrato preliminar. Contrato com pessoa a declarar. Contratos em favor de terceiro. Promessa de fato de terceiro.
- c) A família no Código Civil e na Constituição da República. Casamento.

Ponto nº 5

- a) Pessoas jurídicas. Fundações. Registro civil das pessoas jurídicas. Desconsideração

da personalidade jurídica.

- b) Vícios redibitórios. Evicção. Extinção dos Contratos. Patrimônio de afetação.
- c) As relações de parentesco. Filiação. Investigação de paternidade (Lei nº 8.560/92). Filiação socioafetiva. Adoção. Poder familiar e tutela. Exercício, efeitos, suspensão e extinção do poder familiar. Direitos autorais (Lei nº 9.610/98).

Ponto nº 6

- a) Bens. Patrimônio. Classificação dos bens. Benfeitorias.
- b) Compra e venda. Cláusulas especiais à compra e venda. Doação. Usucapião. Usucapião especial rural e urbana. Usucapião coletiva. Regime de bens entre os cônjuges. Pacto antenupcial. Doações antenupciais. Bem de família legal e convencional. Regime de bens entre os cônjuges.
- c) Testamento. Disposições conjuntas e direito de acrescer. Petição de herança. Cessão de herança. Cláusulas restritivas. Legados. Aquisição e efeitos dos legados. Substituições.

Ponto nº 7

- a) Aquisição, modificação e extinção dos direitos. Ato jurídico. Negócio jurídico. Classificação, elementos e interpretação dos negócios jurídicos. Representação. Elementos acidentais do negócio jurídico. Condição, termo e encargo.
- b) Locação de coisas. Lei nº 8.245/91. Empréstimo. Empreitada e prestação de serviços. Depósito. Mandato. Comissão. Agência e distribuição. Corretagem. Transporte. Seguro. Constituição e renda. Jogo e aposta. Fiança. Transação. Compromisso.
- c) Direito de vizinhança. Direito de superfície. Servidão. Usufruto. Uso e habitação. Separação judicial e separação de fato. Divórcio. Conversão da separação judicial em divórcio. Separação consensual e divórcio consensual na Lei nº 11.441/07.

Ponto nº 8

- a) Defeitos do negócio jurídico: erro ou ignorância, dolo, coação, estado de perigo, lesão, simulação, reserva mental e fraude contra credores. Inexistência, invalidade e ineficácia dos negócios jurídicos: nulidade, anulabilidade e ineficácia. Forma e prova dos negócios jurídicos.
- b) Responsabilidade civil. Elementos. Espécies. Responsabilidade por atividade de risco. Liquidação do dano. Direitos reais de garantia. Penhor e hipoteca.
- c) União homoafetiva. União Estável: Leis nºs 8.971/94 e 9.278/96. A união estável no Código Civil. Concubinato. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03).

Ponto nº 9

- a) Ato ilícito e Abuso do Direito. Noções de responsabilidade civil.
- b) Regimes especiais de responsabilidade civil: Estado, CDC e meio ambiente. Direito

real de aquisição. Guarda. Tutela. Curatela. Ausência. Interdição.

- c) Deserção. Cessão de herança. Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ponto nº 10

- a) Prescrição e decadência. Regimes especiais de responsabilidade civil: Estado, CDC e meio ambiente. Condomínio geral e edilício.
- b) Alimentos. Alimentos provisionais: provisórios e definitivos (Lei nº 5.478/68). Alimentos: revisão. Alimentos gravídicos. Alimentos avoengos.
- c) Inventário e Partilha. Inventário e Partilha na Lei nº 11.441/07. Sonegados. Pagamento de dívidas. Colação. Partilha. Garantia dos quinhões hereditários. Anulação da partilha. Código de Defesa do Consumidor: campo de aplicação e direitos básicos.

2.2 Direito Processual Civil

Ponto nº 1

- a) O juiz. Competência. Intervenção de terceiros. Substituição processual. Sentença e coisa julgada.
- b) Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie. Duplo grau obrigatório de jurisdição. Reclamação. Precedentes jurisdicionais.
- c) Teoria geral da execução. Execução coletiva. Execução de título extrajudicial. Embargos de terceiro.
- d) Processo coletivo. A tutela dos direitos individuais homogêneos, coletivos e difusos. Inquérito civil. Termo de ajustamento de conduta.

Ponto nº 2

- a) Ministério Público. O Ministério Público no processo civil individual e coletivo. Inquérito civil. Termo de ajustamento de conduta.
- b) Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie. Poderes do Relator.
- c) Tutela específica. Execução contra a Fazenda Pública. Execução de prestação alimentícia. Execução civil de sentença penal. Execução fiscal. Execução coletiva.
- d) Tutela cautelar, tutela antecipada e tutela de evidência. Cognição e coisa julgada. Respostas do réu.

Ponto nº 3

- a) Teoria geral da ação. Conexão e continência. Concurso e cumulação de ações. Petição inicial. Estabilização objetiva e subjetiva da demanda. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros.
- b) Recursos em espécie. Reexame necessário. Ação rescisória. Reclamação. Precedentes jurisdicionais.
- c) Tutelas de urgência. Responsabilidade por danos processuais. Boa-fé objetiva no

processo civil. Cognição judicial. Preclusões. Coisa julgada.

- d) Processo coletivo. A tutela dos direitos individuais homogêneos, coletivos e difusos. Inquérito civil. Termo de ajustamento de conduta.

Ponto nº 4

- a) Relação jurídica processual. Processo Civil e Direitos Fundamentais. Pressupostos processuais. Fatos jurídicos processuais. Princípios informativos do processo e procedimento. Princípios processuais constitucionais.
- b) Petição inicial. Respostas do réu. Sentença e coisa julgada. Teoria geral da prova. Provas em espécie.
- c) O Ministério Público no processo civil. A atuação extrajudicial do Ministério Público. Procedimentos especiais no Código de Processo Civil e na legislação extravagante.
- d) Processo coletivo. A tutela dos direitos individuais homogêneos, coletivos e difusos. Inquérito civil. Termo de ajustamento de conduta.

Ponto nº 5

- a) Partes. Capacidade e legitimação. Substituição processual. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Relação jurídica processual. Suspeição e impedimento. Audiência.
- b) Teoria geral da prova. Provas em espécie. Provas ilícitas.
- c) Arbitragem. Mediação. Conciliação. Assistência jurídica e judiciária.
- d) Ação Civil Pública, Ação Popular, Mandado de Segurança Coletivo, Improbidade Administrativa, Defesa dos Direitos dos Consumidores, das Crianças e Adolescentes, dos Idosos, das Pessoas com Deficiência e do Meio Ambiente e Ordem Urbanística.

Ponto nº 6

- a) Objeto do processo. Mérito. Questões preliminares e questões prejudiciais. Fatos e atos processuais. Forma, lugar e tempo dos atos processuais. Prazos. Preclusão. Vícios dos atos processuais e suas consequências. Nulidades processuais.
- b) Ação civil pública. O inquérito civil. Termo de ajustamento de conduta. A defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- c) Procedimentos especiais no Código de Processo Civil e na legislação extravagante. Sentença e coisa julgada. Precedentes jurisdicionais.
- d) Processo coletivo. A tutela dos direitos individuais homogêneos, coletivos e difusos. Inquérito civil. Termo de ajustamento de conduta.

Ponto nº 7

- a) Processo de conhecimento. Formação, suspensão e extinção do processo de conhecimento. Procedimento comum e procedimentos especiais. Procedimento sumário. Tutela antecipada.
- b) Execução de título extrajudicial: Disposições gerais. Formação, suspensão e extinção

do processo de execução. Títulos judiciais e extrajudiciais. Execução e tutela específica para entrega de coisa. Execução coletiva.

- c) O Ministério Público no processo civil. A atuação extrajudicial do Ministério Público. O Ministério Público e a tutela dos direitos transindividuais.
- d) A judicialização de políticas públicas. Processo coletivo. Poder Público em juízo. Suspensão de segurança.

Ponto nº 8

- a) Petição inicial. Condições da ação. Pressupostos processuais. Despesas processuais. Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie. Ação rescisória.
- b) Sujeitos da execução. As partes e o órgão judicial. Competência. Responsabilidade patrimonial. Fraude de execução. Execução e tutela específica das obrigações de fazer e de não fazer e de emitir declaração de vontade. Embargos do devedor. Execução coletiva.
- c) Ações constitucionais individuais e coletivas. Princípios processuais na Constituição. O Ministério Público na Constituição. O Ministério Público no processo civil.
- d) Processo coletivo. A tutela dos direitos individuais homogêneos, coletivos e difusos. Inquérito civil. Termo de ajustamento de conduta.

Ponto nº 9

- a) Resposta do réu. Revelia. Exceções de incompetência e de suspeição. Reconvenção. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência preliminar. As provas. Disposições gerais. As provas em espécie.
- b) Controle de constitucionalidade. Ações constitucionais individuais e coletivas. Princípios processuais na Constituição.
- c) Ação civil pública. Ações relacionadas com a defesa do consumidor. Cidadania e Meio Ambiente. Procedimentos disciplinados no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto do Idoso e na Lei de Improbidade Administrativa.
- d) Teoria geral da execução. Execução judicial e extrajudicial. Execução de alimentos. Execução contra a Fazenda Pública. Defesas do executado.

Ponto nº 10

- a) Audiência de instrução e julgamento. Sentença e coisa julgada. Precedentes jurisprudenciais. Teoria Geral dos Recursos e recursos em espécie.
- b) Novas tendências do Direito Processual. Garantias fundamentais e efetividade do processo. O Ministério Público no processo civil individual e coletivo.
- c) Teoria geral da prova. Provas em espécie. Cognição judicial. Sentença e coisa julgada.
- d) Processo coletivo. A tutela dos direitos individuais homogêneos, coletivos e difusos. Inquérito civil. Termo de ajustamento de conduta.

2.3 Direito Empresarial

Ponto nº 1

- a) Teoria dos atos de comércio e teoria da empresa. Conceitos de empresa, empresário e estabelecimento empresarial.
- b) Sociedade limitada.
- c) Pedido de falência. Impontualidade e atos de falência. Requisitos para o pedido de recuperação judicial.

Ponto nº 2

- a) Empresário individual. Empresário Individual de Responsabilidade Limitada. Contrato de arrendamento mercantil (*leasing*). Contrato de alienação fiduciária em garantia.
- b) Estabelecimento empresarial: alienação, arrendamento e aspectos relevantes. Sociedade anônima.
- c) Ministério Público no processo de insolvência empresarial (falências e recuperação de empresas). Sentença de quebra e sentença denegatória de falência.

Ponto nº 3

- a) Letra de câmbio. Nota promissória. A convenção de Genebra (Lei Uniforme) e o Código Civil.
- b) Responsabilidade do administrador da sociedade limitada e da sociedade anônima. Contrato de faturização (*factoring*). Contrato de desconto bancário. Contrato de abertura de crédito em conta corrente.
- c) Habilitação, verificação e classificação de crédito na falência. Administração Judicial da Falência e na Recuperação Judicial.

Ponto nº 4

- a) Protesto cambial. Ações cambiais. Ação de locupletamento. Títulos de crédito virtuais.
- b) Direito de retirada. Exclusão de sócio. Apuração de haveres. Contrato de cartão de crédito.
- c) Efeitos da falência quanto à pessoa do falido. Agentes da falência e da recuperação judicial: Ministério Público. Juízo. Administrador. Credores. Comitê e Assembleia de Credores.

Ponto nº 5

- a) Desconsideração da personalidade jurídica, ação revocatória falimentar, ação cautelar de arresto de bens dos ex-administradores de instituições financeiras.
- b) Sociedades controladoras e controladas (*holdings*). Sociedades coligadas. Grupos de sociedades. Consórcios de sociedades. Sociedades de propósito específico. Locação

de imóveis para fins empresariais.

- c) Efeitos da falência em relação aos bens do falido. Pedido de restituição. Embargos de terceiros. Elaboração, aprovação e homologação do plano de recuperação judicial.

Ponto nº 6

- a) O exercício da empresa de forma individual e de forma coletiva.
- b) A posição do sócio menor na sociedade limitada e na sociedade anônima.
- c) Efeitos da falência quanto aos contratos do falido. Efeitos da recuperação judicial sobre os contratos da recuperanda. R.A.E.T. - Regime de Administração Especial Temporária. Intervenção e liquidação extrajudicial. Ação de Responsabilidade contra os ex-administradores de instituições financeiras.

Ponto nº 7

- a) Sociedades simples e empresárias. Sociedades cooperativas. Sistema nacional de registro das sociedades. Juntas Comerciais e Registros Cíveis de Pessoas Jurídicas.
- b) Sociedade limitada. Desconsideração da personalidade jurídica.
- c) Ação revocatória. Inquérito civil. Apuração dos crimes falimentares e de recuperação de empresas: formas de investigação e procedimento judicial.

Ponto nº 8

- a) Teoria geral do direito societário. Sociedade em conta de participação. Sociedade em comum. Desconsideração da personalidade jurídica.
- b) Nome empresarial, título do estabelecimento e marca. Sociedades anônimas.
- c) Realização do ativo e liquidação do passivo na falência. Sentença de encerramento e sentença de reabilitação na falência. Efeitos do processamento da recuperação judicial.

Ponto nº 9

- a) Cheque. Duplicata. Cédula de crédito bancário.
- b) Intervenção e Liquidação Extrajudicial.
- c) Recuperação judicial de microempresas e empresas de pequeno porte. Recuperação extrajudicial.

Ponto nº 10

- a) Contrato de trespasse de estabelecimento empresarial. Contrato de franquia empresarial.
- b) Endosso. Aceite. Aval.
- c) Procedimento da recuperação judicial.

3. Banca de Direito Constitucional, de Direito Administrativo, de Princípios Institucionais do Ministério Público e de Direito Tributário

3.1 Direito Constitucional

Ponto nº 1

- a) Conceitos e classificações das Constituições. Poder Constituinte: noção, modalidades, distinções e limites. Constituição da República e Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Princípios constitucionais fundamentais. Controle de constitucionalidade.
- b) Direitos e garantias fundamentais. Direitos individuais, coletivos e difusos. Nacionalidade e cidadania. Direitos políticos. Condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade. Inabilitação. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo. Direitos sociais. Tratados e convenções internacionais: sistemática de incorporação à ordem jurídica interna e solução dos conflitos.
- c) Ordem social: princípios e regras. Seguridade social: saúde, previdência e assistência sociais. Educação, cultura e desporto. Meio ambiente, os patrimônios público, social e cultural, a família, a criança, o adolescente, o idoso e o deficiente na Constituição. Funções institucionais do Ministério Público.

Ponto nº 2

- a) Organização do Estado. O Estado Democrático de Direito. Princípios constitucionais fundamentais, gerais e setoriais. Regime representativo. Presidencialismo e parlamentarismo. Sistemas eleitorais e partidos políticos. A República Federativa do Brasil. Competências legislativas e administrativas exclusivas, privativas, concorrentes e comuns.
- b) Separação de Poderes: o sistema de freios e contrapesos. As funções legislativa, administrativa e jurisdicional. Delegações de funções. Comissões Parlamentares de Inquérito. Ministério Público e Conselho Nacional do Ministério Público.
- c) Bens dos entes federados. Direito de propriedade. Limitações e condições para o seu exercício. Função socioambiental da propriedade. Confisco. Desapropriação. Tombamento. Políticas urbana, agrícola, fundiária e da reforma agrária.

Ponto nº 3

- a) Interpretação e integração da Constituição. Métodos de interpretação constitucional: peculiaridades. Costume constitucional. Lacunas constitucionais. A democracia participativa: iniciativa popular, plebiscito e referendo. A defesa do regime democrático pelo Ministério Público.
- b) Os Estados-membros na federação brasileira. Bens e competências residuais, concorrentes e comuns. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro e as Leis Orgânicas dos Municípios. Definição e limites do Poder Constituinte dos Estados-membros. O princípio da simetria. O Distrito Federal. Controle de constitucionalidade.
- c) Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica.

Intervenção do Estado. Atividade de fomento e agências reguladoras. Prestação de serviços públicos e exploração da atividade econômica. Administração indireta. Descentralização administrativa. Ministério Público e serviços de relevância pública.

Ponto nº 4

- a) Tipologia, validade, eficácia e efetividade das normas constitucionais. Normatividade constitucional: princípios e regras. Disposições constitucionais gerais e transitórias: natureza e fins. Fundamentos do Estado.
- b) Ações constitucionais: *Habeas Corpus*, Mandado de Segurança individual e coletivo, Ação Popular, Ação Civil Pública, *Habeas Data* e Mandado de Injunção. O Inquérito Civil. A defesa dos direitos sociais, transindividuais e individuais indisponíveis pelo Ministério Público.
- c) Poder Judiciário. STF, STJ, TSE e as Justiças Federal e Estadual: competências e instrumentos de acesso. Garantias e vedações dos juizes. Incompatibilidades. O exercício de funções legislativas e administrativas por órgãos do Poder Judiciário. Sistemas de jurisdição: única e dúplice. Recursos ordinário, especial e extraordinário. Súmula vinculante. Repercussão Geral. O Conselho Nacional de Justiça.

Ponto nº 5

- a) O princípio da supremacia da Constituição. Direitos humanos. Soberania estatal e proteção internacional dos direitos humanos. O controle da constitucionalidade dos atos normativos no Brasil. O controle jurisdicional difuso e incidental. O controle jurisdicional concentrado e abstrato. Princípio da reserva de plenário. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Devido processo legal: dimensões formal e substantiva. Proporcionalidade. A defesa da ordem jurídica pelo Ministério Público.
- b) Organização político-administrativa do Estado Brasileiro. Repartição de competências e seus critérios. Competências político-administrativas, legislativas e tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) Tributação e orçamento. Princípios gerais. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Tribunais de Contas da União e dos Estados: competências. Empréstimos externos. Responsabilidade fiscal. Autonomia financeira do Ministério Público.

Ponto nº 6

- a) Reforma da Constituição. Revisão e emenda constitucional. Limites ao poder de reforma: procedimentais, materiais, circunstanciais e temporais. Cláusulas pétreas. A mutação constitucional. Controle de constitucionalidade.
- b) Autonomia dos entes federativos: significado e limites. Intervenção federal e estadual. Mecanismos de integração e cooperação federativos: regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. A representação do Ministério Público para fins de intervenção da União e dos Estados.

- c) Poder regulamentar: natureza, modalidades e limites ao seu exercício. Decretos. Matérias de reserva legal. Delegações legislativas. Medidas provisórias e controle pelo Legislativo e pelo Judiciário. Autonomia funcional e administrativa do Ministério Público.

Ponto nº 7

- a) Princípios e regras gerais da Administração Pública na Constituição da República. Improbidade Administrativa: fundamentos constitucionais e Lei nº 8.429/1992. Órgãos públicos. Entidades da Administração Pública Indireta: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Atuação do Ministério Público no controle dos atos administrativos.
- b) O Município na Constituição da República. Princípios de organização e competências municipais. Direitos e deveres dos Prefeitos e Vereadores. Lei Orgânica do Município. Plano Diretor. Constituição estadual e autonomia municipal.
- c) Sistema Tributário Nacional. Competências da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Limitações ao poder de tributar: imunidades e privilégios. Princípios constitucionais tributários: capacidade contributiva, legalidade, anterioridade e irretroatividade. A defesa do contribuinte pelo Ministério Público.

Ponto nº 8

- a) Ação direta de inconstitucionalidade: aspectos processuais específicos. A medida cautelar e a suspensão liminar. Efeitos da decisão provisória e definitiva na ação direta de inconstitucionalidade e na ação declaratória de constitucionalidade. A ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual. O devido processo legal e o princípio da proporcionalidade. A defesa da ordem constitucional pelo Ministério Público.
- b) Poder Executivo. Atribuições do Presidente da República, dos Governadores e dos Prefeitos. Responsabilidades do Presidente da República, dos Governadores, dos Prefeitos, dos Ministros de Estado e dos Secretários estaduais e municipais. O processo de impedimento nos três níveis. Vacância do cargo. Reeleição. Inabilitação. Inelegibilidades na Constituição. Crimes de responsabilidade na ordem constitucional e na Lei nº 1.079/1950.
- c) Funções essenciais à Justiça. Ministério Público: organização, princípios e funções institucionais. Garantias e vedações dos seus membros. Advocacia Pública: Advocacia Geral da União e Procuradorias dos Estados e dos Municípios. Defensoria Pública da União e dos Estados. Advocacia privada.

Ponto nº 9

- a) Poder Legislativo. Congresso Nacional: Senado Federal e Câmara dos Deputados. Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Atribuições e competências. Imunidades parlamentares. Controle parlamentar dos atos da Administração Pública. Direitos e deveres dos parlamentares. Comissões Parlamentares de Inquérito: objeto, poderes e limites. Os Tribunais de Contas.
- b) Direito Constitucional Intertemporal. Vigência, validade e eficácia das normas

constitucionais e infraconstitucionais do regime constitucional anterior. Disposições gerais e transitórias. Recepção, não recepção e inconstitucionalidade de normas infraconstitucionais. O Procurador-Geral da República e o Procurador-Geral de Justiça: atribuições constitucionais.

- c) Competências originárias e recursais dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Superiores. Juizados Especiais e Turmas Recursais. Recursos ordinário, especial e extraordinário. Súmula de jurisprudência. Efeito vinculante. Controle de constitucionalidade. Suspensão de segurança. A atuação do Ministério Público nos Tribunais.

Ponto nº 10

- a) Processo legislativo. Iniciativa das leis. Comissões. Emendas parlamentares. Discussão e votação. Sanção e veto. Promulgação e publicação. Espécies legislativas: emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções. Medidas provisórias. Processos legislativos estadual e municipal. Tratados e convenções internacionais.
- b) Princípios constitucionais da Administração Pública. Acesso aos cargos e empregos públicos. Cargos efetivos e comissionados. Regimes jurídicos dos servidores públicos. Regime previdenciário. Acumulação. Subsídio. Limite máximo de remuneração. Aposentadoria. Licitação. Improbidade administrativa na ordem constitucional e na Lei nº 8.429/92.
- c) Defesa do Estado e do regime democrático. Estado de Defesa e Estado de Sítio. Controle parlamentar e jurisdicional. Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Guardas Municipais. Competências. Funções institucionais do Ministério Público. Ação penal pública, investigação criminal e controle externo da atividade policial.

3.2 Direito Administrativo

Ponto nº 1

- a) Administração Pública. Conceito. Organização. Administração Pública Direta e Indireta. A organização da Administração Pública e a atividade administrativa em face das concepções sobre o papel do Estado na implementação de direitos sociais, no domínio econômico e no desenvolvimento.
- b) Teoria democrática e Administração Pública. O direito administrativo na CRFB/1988. Princípios. Controle das ações e omissões administrativas. Discricionariedade: conteúdo, sentido e limites. Discricionariedade e legitimidade.
- c) Garantias dos cidadãos em face da Administração Pública. Processo administrativo. Transparência e direito à informação. A função administrativa e a juridicização da política.

Ponto nº 2

- a) Serviço Público e Domínio Econômico. O Estado e o domínio econômico. A reforma dos anos 1990. Instrumentos de gestão. Agências reguladoras. Parcerias. Os

instrumentos de avaliação de políticas públicas.

- b) Controle da Administração Pública. Controles Interno e Externo. Controle político. Implementação de direitos sociais e controle das decisões administrativas. Controle extrajudicial pelo Ministério Público e pelos Tribunais de Contas.
- c) Agentes Públicos. Proibição administrativa. Controle e sanção dos atos contrários à proibição. Princípios administrativos constitucionais.

Ponto nº 3

- a) Concessão e Permissão de serviços públicos. Responsabilidades do poder concedente, do concessionário e do permissionário. Serviço público adequado. Contratos administrativos.
- b) Intervenção do Estado na propriedade. Desapropriação. Função social da propriedade. Direito à moradia.
- c) Estatuto da cidade. Instrumentos de política urbana. Desapropriação e política urbana. Gestão democrática da cidade. Plano Diretor. Operação Urbana Consorciada. Limites da discricionariedade na condução da política urbana.

Ponto nº 4

- a) Ato administrativo. Poderes e deveres administrativos. Poder regulamentar. Discricionariedade e legitimidade.
- b) Controle judicial da Administração Pública. A Administração Pública em juízo. Mandado de Segurança. *Habeas data*. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Injunção. Controle incidental da constitucionalidade das ações e omissões administrativas.
- c) Administração Pública Indireta. Atuação no domínio econômico e serviços públicos. Estado regulador e Estado executor. Transformações do Estado e da Administração Pública. Estado e desenvolvimento socioeconômico.

Ponto nº 5

- a) Agentes Públicos. Responsabilidade extracontratual do Estado. Responsabilidade objetiva. Responsabilidade por atos legislativos e por erro judiciário.
- b) Ato administrativo. Conteúdo e limites da discricionariedade e a tutela de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Inquérito civil e controle extrajudicial das ações e omissões administrativas. Audiência pública e termo de ajustamento de conduta.
- c) Responsabilidade fiscal. Controle pelo Tribunal de Contas. Controles de legalidade, legitimidade e economicidade. Conselhos e controle social da Administração Pública. As conferências de políticas públicas.

Ponto nº 6

- a) Serviços públicos. A Administração Pública dos serviços de educação e saúde. A Administração Pública em face da democracia participativa, da democracia

deliberativa e dos Conselhos. Fronteiras e relações entre os serviços públicos e o domínio econômico.

- b) Poder de polícia. Controle judicial e extrajudicial. Agentes Públicos. Responsabilidade do Poder Público pelos atos de seus agentes.
- c) Ato administrativo. Contratos administrativos. Convênios e Consórcios. Termos de parceria. Contrato de gestão. Licitação. Improbidade administrativa.

Ponto nº 7

- a) Processo administrativo. Ato administrativo. Prescrição e decadência no direito administrativo. Discricionariedade e legitimidade.
- b) Controle judicial da Administração Pública. Prerrogativas da Administração Pública em juízo. Mandado de segurança. Ação Popular. Ação Civil Pública. Controle incidental da constitucionalidade das ações e omissões administrativas.
- c) Bens públicos. Estatuto da cidade. Intervenção do Estado na propriedade. Função social da propriedade.

Ponto nº 8

- a) Responsabilidade extracontratual do Estado. Serviços Públicos. Concessão e permissão.
- b) Organização da Administração Pública. Ato administrativo. Controle das ações e omissões administrativas. Discricionariedade: conteúdo, sentido e limites. Discricionariedade e legitimidade.
- c) Intervenção do Estado na Propriedade. Servidão administrativa. Requisição. Tombamento. Desapropriação. Função social da propriedade.

Ponto nº 9

- a) Agentes públicos. Improbidade Administrativa. Tipologia dos atos ímprobos. Improbidade e violação de princípios administrativos. Defesa do patrimônio público. Mecanismos de controle e sanção da improbidade.
- b) Controle da Administração Pública. A sistemática de controle administrativo na CRFB/88. Dimensão democrática do controle da Administração Pública. Controle social da Administração Pública.
- c) Poder de polícia. Prerrogativas de polícia. Limites. Responsabilidade do Estado pela conduta de seus agentes. Princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Ponto nº 10

- a) Garantias dos cidadãos em face da Administração Pública. O exercício da função administrativa e a juridicização da política. Processo administrativo. Controle interno. Controle extrajudicial. Controle pelos Tribunais de Contas e pelo Ministério Público.
- b) Empresas públicas e sociedades de economia mista. Empresas com participação do Estado. Agências reguladoras.

- c) Bens públicos. Licitações. Contratos administrativos. Improbidade administrativa.

3.3 Princípios Institucionais do Ministério Público

Ponto nº 1

- a) Evolução histórica do Ministério Público. O Ministério Público na Constituição de 1988: conceito, princípios, autonomias, garantias, vedações, organização e atribuições. Responsabilidade civil, penal, política e funcional dos membros do Ministério Público; legitimidade e intervenção processual da instituição.
- b) Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP: natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as Instituições controladas. Ouvidoria-Geral. Controle de constitucionalidade dos atos normativos editados pelo CNMP. Controle externo do Ministério Público. O Ministério Público e a investigação penal e/ou civil. Controle interno e externo. Inquéritos Civil e Penal. Arquivamento e desarquivamento. Atribuições. Grupos de atuação especializada. Tutela coletiva do sistema prisional e direitos humanos.
- c) Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos: delineamentos e atuação do Ministério Público - cidadania, meio ambiente, saúde, consumidor, pessoas com deficiência, idoso, infância e juventude. Pluralidade e atuação concomitante de membros da instituição. Atribuição do Ministério Público estadual e competência da Justiça Federal. Ministério Público estadual e Tribunais Superiores.

Ponto nº 2

- a) O Ministério Público na Constituição de 1988: conceito, princípios, autonomias, garantias, vedações, organização e atribuições. Responsabilidade civil, penal, política e funcional dos membros do Ministério Público; legitimidade e intervenção processual da instituição. O Ministério Público e a investigação penal e/ou civil. Controle interno e externo. Inquéritos civil e penal. Arquivamento e desarquivamento. Atribuições. Ministério Público estadual e Tribunais Superiores.
- b) O Ministério Público e o processo coletivo. O Ministério Público no contexto dos poderes políticos. Papel do Ministério Público no Estado Democrático de Direito. O Ministério Público e o controle das omissões administrativas e a efetividade de políticas públicas. O Ministério Público e as lesões aos interesses e ao patrimônio público. Improbidade administrativa.
- c) Evolução histórica do Ministério Público. O Ministério Público na Constituição de 1988: conceito, princípios, autonomias, garantias, vedações, organização e atribuições. Responsabilidade civil, penal, política e funcional dos membros do Ministério Público; legitimidade e intervenção processual da instituição.

Ponto nº 3

- a) Os membros do Ministério Público como agentes públicos: garantias, direitos, prerrogativas, deveres, vedações e impedimentos. O Ministério Público e o controle da omissão administrativa e a efetividade de políticas públicas. Ministério Público estadual e Tribunais Superiores.

- b) Regime disciplinar: órgãos correccionais, processo disciplinar e sanções. Responsabilidade civil, penal, política e funcional dos membros do Ministério Público; legitimidade e intervenção processual da instituição. O princípio da independência funcional. O Ministério Público e o processo coletivo.
- c) Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP. Controle de constitucionalidade dos atos normativos editados pelo CNMP. Controle externo do Ministério Público. Controle externo da atividade policial. O Ministério Público e a investigação penal e/ou civil. Controle interno e externo. Inquéritos civil e penal. Arquivamento e desarquivamento. Atribuições. Grupos de atuação especializada.

Ponto nº 4

- a) A atuação judicial e extrajudicial do Ministério Público. Órgão agente e órgão interveniente. Atendimento ao público. Atribuições: declaração, dúvida e conflito. Capacidade postulatória do Ministério Público. Atribuição do Ministério Público estadual e competência da Justiça Federal. Ministério Público estadual e Tribunais Superiores.
- b) Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos; delineamentos e atuação do Ministério Público; cidadania, meio ambiente, saúde, consumidor, pessoas com deficiência, idoso, infância e juventude. Pluralidade e atuação concomitante de membros da instituição. Ministério Público em sede recursal. Atribuição originária e competência dos Tribunais estaduais e superiores.
- c) Inquérito Civil e investigação penal pelo Ministério Público: instrumentos para o exercício das funções institucionais. Controle interno e externo da investigação civil e/ou penal promovida pelo Ministério Público. Ampla defesa, segredo de Justiça, interesse público e prerrogativas do Ministério Público.

Ponto nº 5

- a) Órgãos administrativos e de execução: denominação, composição, provimento, atribuições e acumulação. Extinção e vacância de órgãos de execução e de órgãos e cargos administrativos. Delegação e fixação de atribuições. Ministério Público em sede recursal. Atribuição originária e competência dos Tribunais estaduais e superiores. Ministério Público estadual e Tribunais Superiores.
- b) Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos; delineamentos e atuação do Ministério Público. Cidadania, meio ambiente, consumidor, idoso e criança e adolescente. Ações e serviços de saúde: relevância pública, controle social do Sistema Único de Saúde, recursos orçamentários vinculados, Emenda Constitucional nº 29/00 e Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90. Atribuição do Ministério Público estadual e competência da Justiça Federal.
- c) Regime disciplinar: órgãos correccionais, processo disciplinar e sanções. Princípio da independência funcional. Inquérito Civil e investigação penal pelo Ministério Público: instrumentos para o exercício das funções institucionais. Controle interno e externo da investigação civil e/ou penal promovida pelo Ministério Público. Arquivamento e desarquivamento. O Ministério Público no processo penal. Grupos de atuação especializada.

Ponto nº 6

- a) O Ministério Público como órgão agente e órgão interveniente. Atribuições: declaração, conflito e dúvida. Princípio do Promotor Natural. Capacidade postulatória do Ministério Público. Pluralidade e atuação concomitante de membros da instituição. Ministério Público em sede recursal. Atribuição originária e competência dos Tribunais estaduais e superiores. Ministério Público estadual e Tribunais Superiores.
- b) Inquérito Civil e investigação penal pelo Ministério Público: instrumentos para o exercício das funções institucionais. Controle interno e externo da investigação civil e/ou penal promovida pelo Ministério Público. Arquivamento e desarquivamento. O Ministério Público no processo penal. Isonomia das partes e prerrogativas do Ministério Público.
- c) Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP: natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as Instituições controladas. Ouvidoria-Geral. Controle de constitucionalidade dos atos normativos editados pelo CNMP. Controle externo do Ministério Público. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos; delineamentos e atuação do Ministério Público.

Ponto nº 7

- a) Atribuições eleitorais e organização do Ministério Público. Papel do Ministério Público no Estado Democrático de Direito. O Ministério Público e a investigação penal e/ou civil. Controle interno e externo. Inquéritos civil e penal. Arquivamento e desarquivamento. Atribuições. Grupos de atuação especializada.
- b) O Ministério Público na Constituição de 1988: conceito, princípios, autonomias, garantias, vedações, organização básica e atribuições. Regime jurídico dos membros do Ministério Público. A capacidade postulatória do Ministério Público. Atribuição do Ministério Público estadual e competência da Justiça Federal.
- c) Órgãos administrativos e de execução: denominação, provimento, composição, atribuições e acumulação. Extinção e vacância de órgãos de execução e de órgãos e cargos administrativos. O Ministério Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Controle externo do Ministério Público. Pluralidade e atuação concomitante de membros da instituição. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos; delineamentos e atuação do Ministério Público.

Ponto nº 8

- a) Órgãos administrativos e de execução: denominação, provimento, composição, atribuições e acumulação. Extinção e vacância de órgãos de execução e de órgãos e cargos administrativos. Promotor *ad hoc*. Conflitos de atribuição. Pluralidade e atuação concomitante de membros da instituição. Ministério Público em sede recursal. Atribuição originária e competência dos Tribunais estaduais e superiores. Ministério Público estadual e Tribunais Superiores.
- b) O Ministério Público e a proteção dos direitos fundamentais: planos nacional e internacional. Controle externo da atividade policial. O Ministério Público e as lesões aos interesses e ao patrimônio público. Improbidade administrativa. O Ministério Público e a investigação penal e/ou civil. Controle interno e externo. Inquéritos Civil e

Penal. Arquivamento e desarquivamento. Atribuições.

- c) Instrumentos de controle da Administração Pública. Responsabilização dos agentes públicos. Controle externo do Ministério Público. Inquérito civil e ação civil pública. Independência funcional. Responsabilidade civil do membro do Ministério Público e intervenção processual da instituição.

Ponto nº 9

- a) Órgãos administrativos e de execução: denominação, provimento, composição, atribuições e acumulação. Extinção e vacância de órgãos de execução e de órgãos e cargos administrativos. Regime jurídico dos membros do Ministério Público. Princípios da unidade, indivisibilidade e independência funcional.
- b) Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos: delineamentos e atuação do Ministério Público - cidadania, meio ambiente, consumidor, pessoas com deficiência, idoso, infância e juventude. Assistência à saúde na Constituição da República e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90: princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Atribuição do Ministério Público estadual e competência da Justiça Federal.
- c) Inquérito policial. Arquivamento e desarquivamento. Grupos de atuação especializada. O Ministério Público no processo penal. Ampla defesa, segredo de Justiça, interesse público e prerrogativas do Ministério Público.

Ponto nº 10

- a) Órgãos administrativos e de execução: denominação, provimento, composição, atribuições e acumulação. Extinção e vacância de órgãos de execução e de órgãos e cargos administrativos. A atuação do Ministério Público no processo civil. Capacidade postulatória do Ministério Público. Ministério Público em sede recursal. Atribuição originária e competência dos Tribunais estaduais e superiores. Ministério Público estadual e Tribunais Superiores.
- b) Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP: natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as Instituições controladas. Ouvidoria-Geral. Controle de constitucionalidade dos atos normativos editados pelo CNMP. Controle externo do Ministério Público. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos; delineamentos e atuação do Ministério Público.
- c) Os membros do Ministério Público como agentes públicos; responsabilidade civil, penal, política e funcional. Garantias, direitos, prerrogativas, deveres, vedações e impedimentos. Legitimidade e intervenção processual da instituição. O Ministério Público e a investigação penal e/ou civil. Controle interno e externo. Inquéritos Civil e Penal. Arquivamento e desarquivamento. Atribuições.

3.4 Direito Tributário

Ponto nº 1

- a) Poder de tributar. Competência tributária. Tributos do Sistema Tributário Nacional.

- b) Impostos diretos e indiretos. Impostos reais e pessoais.
- c) Imposto sobre a transmissão de bens imóveis.

Ponto nº 2

- a) Princípios da legalidade tributária.
- b) Competência tributária dos Estados e Municípios.
- c) Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária.

Ponto nº 3

- a) Princípios da igualdade tributária e da capacidade contributiva.
- b) Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços.
- c) Processo judicial tributário: Mandado de Segurança, Ação de Consignação em Pagamento e Medidas Cautelares.

Ponto nº 4

- a) Princípio da anterioridade da lei.
- b) Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação.
- c) Crédito tributário: lançamento.

Ponto nº 5

- a) Fraude, elisão evasão e sonegação fiscal contra a Fazenda Pública.
- b) Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
- c) Obrigação tributária: sujeito ativo e passivo. Fato gerador da obrigação tributária.

Ponto nº 6

- a) Princípio da irretroatividade da lei.
- b) Execução contra a Fazenda Pública.
- c) Imunidade tributária, isenção tributária e não incidência tributária; alíquota zero.

Ponto nº 7

- a) Princípios da vedação ao confisco e da livre circulação.
- b) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- c) Execução fiscal e embargos.

Ponto nº 8

- a) Responsabilidade por substituição tributária. Responsabilidade tributária dos

sucessores e de terceiros por infrações.

- b) Imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- c) Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Ponto nº 9

- a) Modalidades de extinção do crédito tributário. Exclusão do crédito tributário.
- b) Contribuições de melhoria. Contribuições especiais.
- c) Garantias e privilégios da Fazenda Pública. Dívida ativa tributária. Concurso fiscal de preferência.

Ponto nº 10

- a) Decadência e prescrição do crédito tributário.
- b) Taxas.
- c) Pagamento e repetição do indébito tributário. Ação anulatória de débito fiscal e ação declaratória.